

# COMISSÃO DE TRABALHO

## PROJETO DE LEI Nº 2.319, DE 2025

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para incluir critério de desempate de propostas nas licitações.

**Autor:** Deputado PADRE JOÃO

**Relator:** Deputado LEONARDO MONTEIRO

### I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Padre João, altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para incluir critério de desempate de propostas na licitação.

O objetivo, segundo o autor, é priorizar, nas licitações, empresas que adotam escalas laborais equilibradas.

Nesse sentido, inclui-se, no artigo 60, da Lei nº 14.133, de 2021, um inciso V, dando preferência, no desempate, a empresas que adotem jornada de trabalho semanal reduzida, de até 5 dias por semana, para seus trabalhadores.

O projeto não possui apensos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Trabalho; Finanças e Tributação (mérito e art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto, não foram apresentadas emendas.



A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei em epígrafe altera a Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021), para incluir, no art. 60, um novo critério de desempate entre as propostas nas licitações públicas: a adoção, pela empresa, de jornada de trabalho semanal reduzida para seus trabalhadores

Como muito bem ressaltado pelo autor, ao priorizar, como critério de desempate em licitações, a escolha de empresas que adotam jornadas reduzidas, a proposição atende ao princípio da isonomia material e, sobretudo, ajuda na redução de conflitos sociais e no aumento da produtividade, reforçando o compromisso do Estado brasileiro com a justiça social e a estabilidade das relações laborais.

A redução da jornada de trabalho, ao contrário do que possa parecer, gera empregos e fortalece a economia e o desenvolvimento do país. Isso porque, como leciona o ilustre jurista e ministro Maurício Godinho Delgado, a *“redução diária, semanal e mensal do labor abre, automaticamente (ainda que não em proporção equivalente), inúmeros novos postos de trabalho, ou – na pior das hipóteses – obstacula, de modo franco e direto, o ritmo de avanço da taxa de desocupação no mercado de trabalho”*<sup>1</sup>.

Cabe lembrar que a Constituição de 1988 estabelece o desenvolvimento nacional como um dos objetivos da República (art. 3º, II, CF/88). O artigo 11 da Lei nº 14.133/2021, seguindo essa diretriz, elenca como um dos objetivos do processo licitatório o incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável.

<sup>1</sup> DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 20. ed. São Paulo: JusPodium, 2023.



Além disso, uma jornada mais equilibrada traz inúmeros ganhos de ordem social e de saúde pública, pois permite às pessoas dedicar mais tempo ao convívio social e familiar, revigorando laços comunitários e gerando bem-estar.

Por isso, vai muito bem o projeto ao inserir, como critério de desempate em licitações públicas, a adoção, pela empresa, de jornada reduzida, deixando claro que essa é uma medida valorizada no país.

Assim, votamos pela aprovação do projeto de lei nº 2.319, de 2025, na forma de sua redação original.

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputado LEONARDO MONTEIRO  
Relator

